

FIRST INTERNATIONAL MEETING OF ISSOW

Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies

27-28 November 2014 :: Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

Opening Conference: Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies

Trabalho, crise económica e social e propostas para a saída da crise

Ilona Kovács

ilona@iseg.ulisboa.pt

ULisboa, SOCIUS-ISEG

Resumo

A primeira parte incide sobre a caracterização da actual crise financeira e económica, destacando o papel preponderante das políticas neo-liberais iniciadas em finais da década de 1970 que se expandiram à escala global na década de 1990. A liberalização e a hegemonia dos mercados financeiros, a intensificação dos investimentos especulativos à busca de lucros elevados a curto prazo criaram a possibilidade de crises financeiras recorrentes com efeitos devastadores. A segunda parte aborda a distribuição desigual da riqueza e do poder no capitalismo financeiro. Na actual fase do capitalismo financeiro ou rentista, há uma concentração do poder de decisão e de riqueza em redes mundiais de empresas controladas por um núcleo restrito de instituições financeiras que decidem sobre o destino da humanidade. Apesar de existir imensa riqueza, não há dinamismo económico por falta de investimentos produtivos. A proporção do trabalho no rendimento nacional tende a diminuir. Os interesses financeiros sufocam a economia real. A parte final analisa propostas para a saída da crise com particular relevo para as propostas inscritas numa orientação que rompe com a lógica neo-liberal.

Palavras chave: Capitalismo financeiro, Crise, Neo-liberalismo, Desigualdades, Alternativas.

1. Origem e natureza da actual crise

A crise financeira e económica é resultado das respostas dadas à crise do modelo de crescimento prevalecente nos trinta anos após a Segunda Guerra Mundial. A orientação para o crescimento económico e aumento do bem-estar social, baseados na expansão contínua da procura, no aumento da produtividade por via da racionalização técnica e organizacional, o compromisso entre capital e trabalho, a intervenção do Estado na vida económica e social, bem como a estabilidade social garantida pelo sistema de Estado-Providência são as características bem conhecidas deste modelo.

Porém, esse modelo de crescimento entrou em crise no início dos anos 70 do século XX, começando com o descontentamento e contestações sociais, agravando-se com a crise petrolífera e o aumento do preço do petróleo, seguido de uma espiral inflacionária, desemprego crescente e culminando na estagnação económica. As políticas neo-liberais (liberalização, desregulamentação e privatização) como respostas à crise deste modelo foram lançadas pelos governos de Thatcher (em finais dos anos 70) e de Reagan (no início dos anos 80), na década de 80 foram adoptadas pela maior parte dos países e na década de 90 expandiram-se à escala global

após o colapso do regime soviético. Essas políticas partiram da ideia que a causa da crise residia na intervenção do Estado, no sector público, na legislação laboral, na rigidez do mercado de trabalho, bem como nos elevados gastos sociais, entre outros. A expansão da aplicação das políticas neo-liberais levou à aceleração da globalização económica. Por conseguinte, a globalização da economia com a hegemonia do capital financeiro não é consequência das leis do mercado ou da evolução da tecnologia, mas foi promovida por políticas definidas pelos principais agentes da globalização, nomeadamente pelos governos dos países mais ricos, com destaque para os EUA, pelas instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) e pelas empresas multinacionais (Castells, 2002).

A imposição de um pacote de medidas aos países endividados não é recente. Já foi feita na década de 80, quando a globalização lançou as economias da América Latina e da África numa crise profunda. O FMI e o Banco Mundial concederam uma linha de crédito, mas com a condição de serem aceites as políticas de ajustamento definidas por economistas ortodoxos neoclássicos americanos.¹ No final da década de 90, o FMI fomentava políticas de ajustamento em mais de 80 países no mundo.

A liberalização dos fluxos de capitais, ocorrida a partir dos anos 80, aliada à inovação tecnológica nas telecomunicações e nas aplicações informáticas, permitiu a transferência de somas astronómicas de capitais. A intensificação dos movimentos especulativos de capitais geraram uma grande instabilidade e volatilidade, como afirma Giddens (2000: 21): “Na nova economia electrónica global, gestores de fundos, bancos, empresas, sem esquecer milhões de investidores a título pessoal, podem transferir grandes somas de capitais com um simples carregar num botão. E, ao fazê-lo, podem desestabilizar economias que pareciam sólidas como granito”. Em mercados financeiros integrados mas desregulamentados, os investidores procuram oportunidades de obter retornos elevados menosprezando o alto risco, na esperança de apoio governamental em caso de crise bancária e monetária, o que implica a possibilidade de crises financeiras recorrentes com efeitos devastadores sobre as economias, sociedades, famílias e

¹ A economia deve ser ajustada através de um pacote de medidas orientado para o aumento do papel do mercado e restrição do Estado que ficou conhecido como o Consenso de Washington. Entre as suas directrizes constam a disciplina orçamental, a racionalização das despesas públicas, a liberalização financeira, a liberalização do comércio internacional, a eliminação das barreiras ao investimento directo estrangeiro, garantir os direitos da propriedade intelectual, a privatização das empresas públicas, desregulamentação dos mercados, entre outras.

indivíduos. As crises da década de 1980, na maioria dos países da América Latina, foram seguidas por outras crises (no México, na Ásia, na Rússia e no Brasil) na década de 1990 e, recentemente, pela crise de 2008.

As políticas neo-liberais facilitaram a reestruturação da produção baseada na fragmentação e dispersão geográfica do processo produtivo à escala global, implicando a centragem em actividades nucleares e a externalização, deslocalização de outras actividades com vista à redução de custos (Kovács, 2002). Esta organização levou à crescente diferenciação e desigualdade entre diversos segmentos de trabalhadores, à precarização e à invisibilidade do trabalho (Castillo, 2005).

Nas últimas décadas foram e continuam a ser promovidas em todo o mundo reformas e medidas inseridas na lógica neo-liberal. Além da privatização dos sectores públicos estratégicos, da desregulação da economia e da desvalorização do trabalho manifesta na redução do peso das remunerações do trabalho no rendimento total, um dos aspectos a ressaltar é a erosão da protecção social. A remoção dos mecanismos de regulação e da protecção social construídos para conciliar a economia do mercado e a coesão social significa que trabalhadores e a sociedade em geral ficam desprotegidos face aos efeitos nefastos do mercado (Polányi, 1980).

Com a explosão da crise financeira e económica de 2008 surgiram vozes que anunciaram o fim do neo-liberalismo e o retorno ao keynesianismo. Mas não aconteceu assim, pelo contrário, houve um reforço das políticas neo-liberais. Como a experiência de diversos países indica, estas políticas não resultam na melhoria em termos de redução do défice orçamental e da dívida pública, nem no aumento do crescimento económico, resultam sim no agravamento da crise económica, no aumento dramático do desemprego e do emprego precário, sobretudo nos países mais endividados que tiveram de recorrer à ajuda externa. Nesses países observa-se uma espiral recessiva acompanhado por um processo de retrocesso social que se manifesta no aumento das desigualdades económicas e sociais, na vulnerabilização dos indivíduos e na perda de uma parte dos direitos básicos de uma parte substancial da população.

Perante a evidência destas tendências surgiram críticas por parte de especialistas e até de responsáveis do FMI quanto às consequências negativas da política de austeridade. Vários estudos realizados no âmbito do FMI concluem que a política de austeridade leva ao

agravamento da recessão e ao aumento das desigualdades que por sua vez levam ao agravamento do desequilíbrio das contas correntes Kumhof e Rancière, 2010; Kumhof *et al.*, 2012). No entanto, apesar destes estudos e das declarações de responsáveis do FMI, como Cristine Lagarde, não houve qualquer alteração nas políticas, o que mostra a grande distância existente entre o discurso e as práticas. E a resposta à crise continua a insistir nas mesmas receitas inscritas na lógica neo-liberal e nas políticas de austeridade.

Segundo a perspectiva crítica estamos perante crises interligadas: crise económica, social, política, cultural e ambiental. A crise do trabalho/emprego insere-se no contexto do capitalismo financeiro global desregulado dominado pela especulação financeira. Assistimos ao triunfo dos valores da competição, do dinheiro e do individualismo, o culto do sector privado, da concorrência, do indivíduo empreendedor à busca da vantagem económica maximizada, a subordinação da sociedade à lógica do mercado e aos imperativos da globalização competitiva com elevados custos sociais, ambientais e humanos (Grupo de Lisboa, 1994; Castel 1995; Castells 2002; Boltanski e Chiapello, 1999; Beck, 2000; Castillo 2005).

Os direitos sociais, a protecção dos trabalhadores, os sindicatos e a regulação social são encarados como obstáculos à competitividade. No contexto da globalização e de utilização das tecnologias de informação e comunicação as empresas ganham maior liberdade na utilização do trabalho para serem mais competitivas. Ao mesmo tempo, existe uma competição entre países e regiões para atrair investimento estrangeiro directo. Este contexto leva ao aumento do desemprego e a uma deterioração dos salários, da qualidade do emprego e das condições de vida em geral.

O constante aumento do desemprego, a crescente precarização do emprego e a falta de perspectivas profissionais e de vida criam um ambiente de angústia e de insegurança. A vulnerabilidade torna-se extremamente forte, numa altura quando se corta cada vez mais na protecção social. A insegurança torna-se num novo modo de dominação pelo qual as pessoas aceitam o status quo e se tornam incapazes de pensar em termos alternativos (Bourdieu, 1989).

2. Capitalismo financeiro e a explosão das desigualdades

Análises críticas mostram a subordinação da economia real e da sociedade à economia financeira orientada para lucros altos e rápidos. Estamos perante uma nova forma de “economia de renda” que procura apenas a redução dos custos de produção e esquece-se de investir. Uma cabeça hipertrofiada financeira domina um corpo anémico, minando a saúde e o crescimento da economia real (Peyrelevade, 2008). Empresas com bons resultados, podem ser fechadas quando o retorno do investimento financeiro for menor do que estabelecido pelos accionistas; a economia torna-se prisioneira do capital impaciente (Harrison, 1994; Sennett, 2005). A constante busca de lugares mais lucrativos e da evasão fiscal por via dos paraísos fiscais leva à redução do investimento na economia real, impedindo a criação de empregos. A abundância de uma força de trabalho disponível no mercado global incentiva a “via baixa” da competição (através da redução dos custos do trabalho), bloqueando a “via alta” mediante a inovação tecnológica e organizacional.

O carácter rentista da actual fase do capitalismo também é sublinhado por Piketty (2014). Este autor demonstra que uma parte crescente da riqueza produzida torna-se património dos detentores de capital que vivem de renda que este capital gera, não fazem investimentos produtivos, esperam o crescimento das suas aplicações financeiras. Estamos perante o retorno do capital privado e uma evolução para um capitalismo patrimonial. Há imensa riqueza acumulada, mas pouco dinamismo económico. Como a rentabilidade do capital ultrapassa de forma clara e duradoura a taxa de crescimento da economia, surge uma dinâmica desigualitária no que se refere à proporção capital-trabalho no rendimento total. Desde meados dos anos 70, há um aumento da proporção do capital nos países ricos de 15-25% em 1975 para 25-35% em 2000-2010 (Piketty 2014: 330). Além disso, o capital é cada vez mais concentrado, conferindo a uma minoria o poder de controlo sobre o sistema político, reforçando a sua posição dominante. Por sua vez, a proporção dos rendimentos do trabalho tende a decrescer. Simultaneamente com a redução da proporção dos rendimentos do trabalho, as desigualdades de rendimento do trabalho tendem a aumentar, menos na Europa e mais nos países onde prevalece o modelo anglo-saxónico (EUA, Canada, Austrália e Reino Unido). Há um aumento exponencial de altíssimas remunerações dos altos quadros (com destaque para o sector financeiro) desde os anos 70. No caso dos EUA, há uma explosão sem precedentes da desigualdade. Os 10% mais ricos

aumentaram substancialmente a sua parte no rendimento nacional passando de cerca de 30-35% nos anos 1970 para cerca de 45-50% nos anos 2000-2010, ou seja, um aumento de 15 pontos percentuais. Quer dizer que os 10% mais ricos se apropriaram três quartos do crescimento verificado nas três décadas pré-crise. Só o segmento de 1% mais ricos absorveram cerca de 60% do crescimento total do rendimento nacional norte-americano neste período, enquanto para a maioria da população (os 90% restantes), o crescimento do rendimento foi menos de 0,5 % ao ano, implicando a quase estagnação do seu poder de compra levando ao endividamento das famílias por via das propostas de créditos fáceis de obter. Por conseguinte, o aumento das desigualdades constitui um dos factores da crise. Trata-se da “transferência de rendimento nacional norte-americano - da ordem de 15 pontos do rendimento nacional que ocorreu entre os 90% mais pobres e os 10% mais ricos” (Piketty, 2014: 438). Segundo este autor, as grandes fortunas provenientes de heranças, aplicações financeiras e mega-salários de executivos permitem aplicações financeiras de alto rendimento gerando uma espiral ascendentes de enriquecimento e um enorme aumento de desigualdades.

Toda essa evolução é facilitada pelo grande desequilíbrio de poder na relação capital trabalho. Um estudo realizado por Vitali et al. (2011), com base na análise de 43.0000 empresas transnacionais, mostra a enorme concentração do poder. Segundo os resultados do estudo, o topo constituído por 737 actores globais (*top-holders*), através de uma complexa teia de relações de propriedade, controla 80% de toda a rede e um núcleo duro de 147 empresas transnacionais tem controlo sobre 40 % do valor económico de todas as empresas transnacionais, sendo três quartos deste núcleo duro bancos. Este núcleo duro constitui uma “super-entidade” internacional com um poder enorme sobre a economia global. Por conseguinte, na estrutura gigante que tem a forma de uma gravata borboleta, grande parte do controlo flui para um pequeno núcleo fortemente unido de instituições financeiras. Segundo os autores, a distribuição do poder de controlo é mais desigual do que a distribuição da riqueza. Os actores principais têm dez vezes mais poder de controlo do que o que poderia ser esperado com base na riqueza (Vitali *et al.*; 2011: 6).

Face a este poder concentrado não há contra-poder do lado trabalho. Os sindicatos estão a ser neutralizados e a defesa dos interesses dos trabalhadores a nível transnacional é fraca ou inexistente. Há uma competição entre países e regiões para atrair investimento estrangeiro directo. Este contexto leva a uma espiral de deterioração dos salários, do emprego e das

condições de vida em geral. Touraine (2012) explica a ausência de reacções organizadas dos sindicatos e da população em geral pelo facto de a globalização colocar a economia a um nível em que as instituições políticas, sociais e mesmo económicas não podem intervir. Enquanto a maioria da população não tem condições para defender os seus interesses ou limitar as suas perdas, os poderosos actores financeiros têm uma capacidade de intervenção rápida e capacidade de pressionar o(s) Estado(s). Segundo Touraine, a crise enfraquece e até elimina os actores sociais, os seus conflitos, bem como as formas de mediação e arbitragem. Aqueles que dirigem o sistema financeiro, apenas agem segundo os seus próprios interesses opondo-se tanto aos interesses das pequenas e médias empresas como aos dos trabalhadores. Como os actores e instituições são incapazes de controlar a economia que se organiza a nível mundial, estamos perante a separação do actor e do sistema e perante o fim do social. A sociedade torna-se vítima dos financeiros e transforma-se num teatro sem actores.

Enquanto o sector financeiro extrai altos lucros da economia real, cada vez mais países enfrentam dificuldades crescentes, incluindo défice orçamental, aumento das desigualdades, do desemprego e da pobreza e crescente endividamento dos países e das famílias. A origem dos graves problemas ambientais e sociais reside no sistema económico orientado para o lucro a curto prazo ignorando as suas graves consequências humanas, sociais e ambientais.

3. Saídas para a crise

Confrontam-se várias perspectivas. Uns anunciam a saída da crise mal surgem sinais de recuperação (recuperação dos bancos, ligeira melhoria do comércio internacional, etc.). Outros, pelo contrário consideram que a crise tende a perpetuar-se, havendo o risco de constantes abalos económicos, de novas crises (com a ajuda das agências de notação). Para uns, a crise é conjuntural e vai ser superado como outras já foram. Mas para outros, a crise é profunda e sistémica atingindo toda a organização da sociedade (enfraquecimento dos instrumentos de regulação ligados ao quadro nacional, fragmentação e decomposição dos elementos da vida social, enfraquecimento e desaparecimento dos actores sociais) existindo, ao mesmo tempo, o risco de destruição do planeta pela busca sem limites do lucro.

Não há um entendimento consensual sobre a natureza da crise, nem sobre as alternativas. Na visão neo-liberal para superar a crise e retomar o crescimento económico e do emprego, apenas

há um caminho: aprofundar as políticas seguidas desde os anos 1970, ou seja, mais do mesmo: política económica centrada na redução da inflação, do défice orçamental e da dívida pública (políticas orçamentais restritivas), reforço das reformas assentes na liberalização e desregulamentação nos serviços (energia, transportes, serviços financeiros, etc.); maior flexibilização do mercado de trabalho, moderação dos salários e dos custos de trabalho para melhorar a competitividade e uma modernização (desmantelamento) do sistema de protecção social.

Numa outra perspectiva a superação da crise passa pelo relançamento do crescimento da economia. A crise é causada pelo crescimento e desregulação do sector financeiro, pela prevalência do poder e dos interesses dos intermediários financeiros, desregulamentação da economia, políticas restritivas, investimentos especulativos e restrição do crédito destinado à actividade produtiva. O desafio é dinamizar a economia rompendo com a orientação neo-liberal e seguindo uma orientação diferente inspirada nos ensinamentos de Keynes. Trata-se de utilizar os recursos públicos para dinamizar a economia, canalizando-os para a economia real. A ênfase deve estar no aumento da procura agregada, considerando que num contexto de estagnação ou recessão, o baixo nível da procura é uma das principais causas do desemprego. Preconiza-se uma política activa para promover a procura, rejeitando a orientação centrada luta contra os altos custos de trabalho, que são considerados responsáveis pela deterioração da competitividade das empresas europeias e pelos desequilíbrios externos. Nesta perspectiva a melhoria da competitividade requer inovação e serviços eficientes mediante a melhoria das competências dos recursos humanos e não a diminuição dos salários e a generalização da precariedade laboral. O aumento controlado dos investimentos públicos e o reforço do papel do Estado na economia, são considerados fundamentais. Esta alternativa implica ainda o retorno ao Estado Social.

Na terceira perspectiva a crise tem uma natureza sistémica. Por outras palavras, as diversas crises encontram-se interligadas (crise económica e financeira, crise de valores, de educação, de identidades, da coesão social, crise ambiental, etc.. Por essa razão, a saída da crise exige políticas coerentes e não medidas limitadas e pontais. Há cada vez mais vozes a considerar que enfrentamos o desafio de uma crise civilizacional. Reveste particular importância a crise ambiental referente ao aumento excessivo do consumo de recursos naturais (tais como água, recursos do mar, florestas entre outros), da emissão de CO₂, ao aquecimento global, à extinção

de espécies, à redução da biodiversidade, etc.. Crescem cada vez mais as advertências sobre os riscos de destruição do planeta. O desequilíbrio ambiental gerado pelo crescimento sem limites é realizado com base num modelo de produção centrado nos grandes grupos económicos transnacionais utilizando abundantemente trabalho desumano (indigno), para obter lucros a curto prazo em proveito de uma minoria. Mesmo quando o PIB cresce, segmentos crescentes de trabalhadores estão lançados no desemprego, na economia informal e no trabalho precário, estando privados de trabalho e condições de vida dignas, carecendo bases para a sua integração social. No entanto, temos de questionar não apenas o modelo de crescimento baseado no uso intensivo do trabalho desvalorizado e precário e no investimento especulativo. Temos de questionar o que produzimos, como produzimos e em proveito de quem produzimos? Temos de questionar o crescimento sem limites e a maneira como é medido. O desafio é enfrentar os graves desequilíbrios ambientais e sociais.

Há um conjunto de propostas inscritas nas perspectivas que representam uma mudança de orientação. Entre elas podem ser destacadas as seguintes:

- * Desenvolver mecanismos de regulação sobre o sistema financeiro para que os recursos financeiros não sejam utilizados em função dos interesses dos intermediários financeiros, mas em função de prioridades económicas, ambientais e sociais, democraticamente decididas;
- * Promover uma governação participativa tanto no Estado como na economia;
- * Estimular a mudança de comportamentos, valores e atitudes face aos desafios ambientais económicos e sociais;
- * Reduzir as desigualdades. Face à concentração desmedida e cumulativa da riqueza em poucas mãos e aos desequilíbrios causados, a desigualdade tornou-se um dos principais desafios.

- É de referir a proposta de Piketty para travar a dinâmica insustentável da desigualdade pela tributação progressiva do capital. O ideal seria um imposto mundial e progressivo sobre o capital que permitiria evitar uma espiral de desigualdade sem fim à vista e regular eficazmente a dinâmica inquietante da concentração mundial de patrimónios (Piketty, 2014: 785-786), permitindo, ao mesmo, que haja conhecimento sobre os patrimónios, bem como a reorientação do sistema tributário no sentido de

privilegiar as actividades produtivas e penalizar as actividades especulativas.² Seria possível, por esta via, tornar mais transparentes os movimentos de capitais, reduzir a evasão fiscal e a atractividade dos paraísos fiscais e criar fundos para enfrentar os desafios ambientais e sociais. É uma utopia útil, mesmo que não seja realizada num futuro previsível, constitui uma referência no sentido de avançar nesta direcção começando à escala continental ou regional, nomeadamente europeu. Assim, Piketty propõe um imposto europeu sobre os patrimónios mais significativos (inferior a um milhão de Euros 0% ou 0,1%, 1-5 milhões 1%, e acima de 5 milhões 2%). Esta taxa equivaleria a 2% do BIP europeu, permitia liquidar o endividamento público em poucos anos e tirar os países das mãos dos intermediários financeiros. Uma outra solução podia ser o recurso a um imposto excepcional sobre o capital uma vez para obter 20% do PIB em receitas (0% até 1 milhão de euros, 10% entre 1 e 5 milhões de euros, e 20% além de 5 milhões de euros) ou durante 10 anos (com taxas 0, 1 e 2%) que permitiria reduzir substancialmente a dívida pública europeia. Esta solução é mais justa e mais eficaz em comparação com a solução de austeridade prolongada que está a ser adotada na Europa. O imposto sobre o capital põe a carga nos que detêm um património elevado, enquanto as políticas de austeridade buscam em geral poupá-los pela aplicação e taxas baixas (Piketty, 2014; 830). Apesar do anúncio do imposto Tobin em 11 países da União Europeia, em 2011, a sua aplicação ainda não se concretizou e o seu início foi adiada para 2016.

- A promoção do trabalho digno lançada pela OIT é uma outra proposta para a solução da crise do trabalho. O crescimento do emprego como objectivo não é suficiente, exige-se a estabilização do emprego através de políticas, nomeadamente fiscais, adequadas. São necessárias medidas para dissuadir a utilização de trabalho precário e proteger as formas flexíveis de emprego. Em vez da competição entre países com base nos salários e impostos, há necessidade de uma política que vise a convergência económica e social que implica o estabelecimento de *standards* sociais mínimos. Exige-se que haja mecanismos de

² Um imposto com baixa taxa (0,1- 0,25%) sobre as transacções financeiras internacionais já foi lançado nos anos 1970 por James Tobin (Prémio Nobel de Economia em 1981).

implementação efectiva dos princípios do trabalho digno, ou *core labour standards* (OIT)³. O incumprimento de normas internacionais de trabalho deverá implicar sanções. Nessa perspectiva é importante a criação de um Tribunal Internacional que condene as práticas desumanas de trabalho de escravo. Agora há denúncias, mas não há consequências, ou apenas depois de muita insistência das organizações denunciantes. A promoção do trabalho digno requer também mecanismos de defesa dos interesses do trabalho à escala global, a internacionalização dos sindicatos e sua articulação com estratégias e acções de outros movimentos sociais. Está subjacente a necessidade de adopção de uma nova orientação estratégica sindical que responda aos problemas colocados pela globalização, instabilidade e segmentação do mercado de trabalho e crescente diferenciação dos trabalhadores.

* A responsabilidade social das empresas reveste particular importância no actual contexto quando a subordinação da sociedade às leis do mercado e à globalização competitiva implica a transformação da empresa numa máquina de lucro. Para travar ou inverter esta tendência, é urgente que uma empresa socialmente responsável contribua para o desenvolvimento sustentável da região/país onde está inserida, para a promoção da qualidade do emprego, da formação/qualificação, desenvolvimento de competências e da participação. É de notar que frequentemente as empresas conseguem bons resultados financeiros (lucros altos, boa cotação na bolsa) através de altos custos sociais pelos quais não são responsabilizados (despedimentos, deslocalizações) que levam ao aumento de despesas públicas.

- Há que referir ainda as propostas referentes à redução do tempo de trabalho para travar e inverter a tendência para a divisão entre aqueles que têm dificuldades de sobrevivência e se sentem inúteis por não trabalharem e aqueles que se sentem frustrados por trabalharem em excesso e viverem pouco. A redução do tempo de trabalho permitiria também um maior equilíbrio entre o trabalho e as outras esferas da vida dos indivíduos.

- Rendimento de base ou de cidadania para todos é a proposta dos defensores da tese do fim da sociedade do trabalho. Nesta óptica a cidadania deixa de ter por base o emprego. As

³ O trabalho decente é sinónimo ao trabalho produtivo, no qual se protegem os direitos, o qual engendra rendimentos adequados com uma protecção social apropriada. Significa também um trabalho suficiente no sentido de que todos deveriam ter pleno acesso as oportunidades de obtenção de rendimentos. Marca a alta via do desenvolvimento económico e social, na qual o rendimento e a protecção social podem ser obtidos sem comprometer os direitos e os padrões sociais dos trabalhadores.

potenciais fontes deste rendimento incondicional seriam a taxa sobre as transacções financeiras e bolsistas, ecotaxas, etc. Trabalho e produção perdem a sua capacidade de estruturar e organizar a sociedade, surgem actividades alternativas de integração social ou de inclusão, novos cenários, novos actores e novas racionalidades inseridos num novo tipo de sociedade, (Méda: 1995, Rifkin: 1995; Gorz: 1997). Dentro desta perspectiva merece particular atenção a proposta referente ao desenvolvimento da economia social numa orientação de novo tipo de sociedade. A economia social constitui um amortecedor dos efeitos negativos da crise, criando uma alternativa de emprego para aqueles cujo trabalho já não é requerido pela economia do mercado. Além disso, a economia social é um lugar privilegiado para o desenvolvimento de um novo tipo de sociedade, no qual o político e o social não se subordinam à economia e no qual o trabalho remunerado já não constitui o principal fator de integração (Rifkin, 1995). Este sector, para além de ocupar as pessoas garantindo rendimento, permite fortalecer a integração social, libertando, ao mesmo tempo, o Estado de um conjunto de tarefas. Porém, é importante ter consciência que a economia social, no contexto de uma sociedade subordinada à lógica do mercado, corre o risco de ser reduzido a um mero auxiliar para situações de crise pela compensação das falhas do Estado e do mercado, de oferecer um serviço colectivo mas em condições precárias de emprego e se tornar num gueto daqueles que são menos empregáveis no sector do mercado (Favreau e Levesque, 1995; Kovács, 2002, Sousa e Kovács, 2014). Para que este sector seja portador de um novo modelo orientado para um desenvolvimento mais humanizado, ou seja, sustentável e capaz de prover a cidadania, a igualdade, a solidariedade e o equilíbrio ecológico é crucial promover, no âmbito de apoios públicos, experiências de inovação social inscritas nesse novo modelo.

* Merecem ainda atenção as propostas de reforma das instituições de regulação internacional e de criação de instituições globais. Os graves problemas (alterações climáticas, ameaça nuclear, crise financeira, crise do Euro etc.) que enfrentamos não podem ser resolvidos no âmbito de instituições nacionais. Daí a necessidade de reformar as instituições internacionais existentes e criar novas instituições.

- É de referir a proposta elaborada pela Comissão Stiglitz (Commission of Experts on Reforms of the International Monetary and Financial System) criada sob a iniciativa

do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2009. A Comissão propõe a criação de uma instituição global, cujo nome é Global Economic Coordination Council com a representação de todos os continentes e das maiores economias (FMI, BM, ILO, ONU devem fazer parte). Este Conselho vocacionado para lidar com as questões económicas, sociais e ambientais e promover a coerência das políticas, terá o apoio de um Painel no qual estariam os representantes dos movimentos sociais internacionais. No que se refere aos mercados financeiros, a Comissão Stiglitz propõe a criação de instituições globais, como Global Regulatory Authority e Global Competition Authority (UN, 2009).

- É de mencionar ainda a proposta de uma outra comissão (on Measurement of Economic Performance and Social Progress) liderada por Stiglitz, Sen e Fitoussi, que foi criada sob a iniciativa do Presidente francês, Sarkozy em 2008. Esta comissão propõe indicadores estatísticos mais adequados à medição da *performance* económica e progresso (bem-estar) social, partindo da ideia que o PIB é um indicador inadequado para medir os resultados nos aspectos económicos, sociais e ambientais. É dada ênfase à qualidade da vida, ao desenvolvimento sustentável e ao ambiente (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2009; Stiglitz, Sen and Fitoussi, 2009).
- Beck considera que Europa pode resolver os problemas por duas vias: através da cooperação democrática ou por via autoritária. Na Europa alemã prevalece a via autoritária quando as medidas consideradas indispensáveis são legitimadas invocando a urgência e declarando qualquer oposição inadmissível. Segundo este sociólogo alemão soberania apenas é possível a nível europeu e com base na cooperação, acordo e negociação. Em vez de uma Europa alemã marcada por profundas desigualdades, é preciso construir uma Europa democrática orientada para uma maior coesão económica e social. É preciso chegar a um contrato social europeu, dar o salto em termos organizacionais e programáticos para a transnacionalidade da política europeia em torno do modelo social-democrata transnacional. Os movimentos sociais a favor da Europa deviam impor exigências como um imposto europeu sobre as transacções financeiras, imposto bancário ou taxa comunitária sobre o lucro das empresas. “Deste

modo seria possível, por um lado, domar o capitalismo de risco desenfreado e responsabilizar os causadores da crise pelas consequências”(Beck, 2013: 104).

4. Notas finais

Face à necessidade de reforço das políticas neo-liberais como o único caminho para sair da crise, repetida continuamente pelo discurso dominante, é urgente a discussão sobre a natureza da actual crise e sobre caminhos alternativos. Merecem particular atenção as propostas anteriormente referidas que rejeitam a perspectiva dominante e as políticas nela inspiradas. Consideram que essas políticas favoráveis às poderosas forças do capital financeiro e aos interesses das grandes instituições de investimento levam à recessão e, no mínimo, a um prolongado período de baixo crescimento acarretando o agravamento da crise do emprego, a desvalorização do trabalho, o aumento das desigualdades de distribuição da riqueza e do poder de controlo sobre a economia, o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores e do Estado de bem-estar e, ao mesmo tempo, graves desequilíbrios ambientais. Para uns, a superação da crise exige o questionamento do modelo económico baseado no uso intensivo do trabalho desvalorizado e precário e no investimento especulativo e a promoção de um modelo de crescimento baseado na inovação, na qualificação dos recursos humanos, no investimento produtivo e no reforço do papel do Estado na economia. Para outros, a crise actual é sistémica abrangendo as dimensões económica, social, cultural, ambiental, etc. Para enfrentar os graves desequilíbrios sociais e ambientais, são necessárias políticas e medidas coerentes inseridas num modelo de sociedade orientado para objectivos sociais, ambientais, humanos e económicos democraticamente definidos. Nesta perspectiva mais ampla, apenas uma sociedade cuja economia está ao serviço das pessoas (e não ao contrário) pode permitir uma vida digna a todos os seus membros.

Com as palavras de Touraine não temos de procurar mais na economia o princípio de reconstrução da sociedade. “Nas situações dominadas pela globalização, o único princípio sobre o qual pode ser edificada uma sociedade, não é o indivíduo com as suas necessidades, mas o sujeito e os seus direitos (Touraine, 2012: 79). O mais importante é por fim à dominação da economia sobre a sociedade, e recorrendo ao princípio geral dos Direitos Humanos que deve engendrar novas formas de organização, educação, governação para ser capaz de arrastar uma

redistribuição do produto nacional a favor do trabalho, desde há muito sacrificado ao capital, exigir um respeito mais real da dignidade de todos os seres humanos.

Referências bibliográficas

- Beck, U. (2000), *Brave new world of work*, Cambridge: Polity Press,.
- Beck, U. (2013), *Europa Alemã De Maquiavel a “Merkiaval”*: *Estratégias de Poder na Crise do Euro*, Lisboa, Edições 70.
- Boltansky, L. e Chiapello É. (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Éditions Gallimard.
- Bourdieu, P. (1998), *Contrafogos*, Oeiras, Celta.
- Castel, R. (1995), *Les métamorphoses de la question sociale. une chronique du salariat*, Paris: Fayard.
- Castells, M., (2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura, Volume I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Castillo, J. J. (2005), “Contra os estragos da subcontratação no trabalho: trabalho decente”, in: Kovács, I. (org.), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta, pp. 129-160.
- Castillo, J.J. (2005), “Contra os estragos da subcontratação no trabalho: trabalho decente”, in: Kovács (org.) *Flexibilidade de emprego, Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (2009), *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, acessado em 12 de Novembro de 2014: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf
- Favreau, L. et Lévesque, B. (1995), “Repenser le développement communautaire et l’économie sociale a la faveur de la crise de l’emploi et de la crise de l’Etat-Providence”, *Cahiers du Crises, Collection Économie Sociale*, nº 9504. Consultado na internet em 12 de Janeiro de 2013: <http://www.crisis.uqam.ca/cahiers/ET9504.pdf>
- Giddens, A. (2000), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença.
- Gorz, A. (1997), *Misères du présent Richesse du possible*, Paris, Edition Galiée.
- Grupo de Lisboa (1994), *Limites à competição*, Lisboa, Publicações Europa-América,
- Harrison, B. (1994), *Lean and Mean*, New York, London,.The Guilford Press.
- Kovács, I. (2002), *As Metamorfozes do Emprego - Ilusões e Problemas da Sociedade de Informação*, Oeiras: Celta Editora.
- Kumhof, M. and R. Rancier (2010), “Inequality, Leverage and Crises, International Monetary Found”, *IMF Working Paper*, WP 10/268, acessado em 10 de Setembro de 2014: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp10268.pdf>
- Kumhof, M.; C. Lebarz, R. Rancière, A. W. Richter and N. A. Throckmorton (2012); Income Inequality and Corrent Account Imbalances, *International Monetary Found, IMF Working Paper*, WP /12/08, acessado em 10 de Setembro de 2014: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp1208.pdf>
- Méda, D. (1995), *Le travail: une valeur en voie de disparition*, Paris: Aubier.
- UN (2009), Report of the Commission of Experts of the President of the United Nations General Assembly on Reforms of the International Monetary and Financial System, New York, Setember 21; acessado em 2 de Novembro de 2014: http://www.un.org/ga/econcrisissummit/docs/FinalReport_CoE.pdf
- Peyrelevade, J. (2008), *O Capitalismo Total*, Ed. Século XXI, Lisboa.
- Piketty, T. (2014), *O Capital no século XXI*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Rifkin, J. (1995), *The End of Work: The Decline of the global Labor force and the New Post-Market Era*, New York, J. P. Tacher; G.P. Putnam's Sons.

Polányi, K. (1980 [1944]), *A grande transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Campus.

Sennett, R. (2005), *The Culture of the New Capitalism*, New Haven, Yale University Press.

Sousa, M. T. e I. Kovács(2014.), “A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda”. *Sociologia*, 27: 89-109.

Stiglitz, J., A. Sen and J.P. Fitoussi (2009), *The Measurement of Economic Performance and Social Progress Revisited*, acessado em 6 de Novembro de 2014: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/overview-eng.pdf>

Touraine, A. (2012), *Depois da crise*, Lisboa, Instituto Piaget.

Vitali, S.; J.B. Glattfelder and S. Fattison (2011), “The network of global corporate control”; Cornell University Library, *Working Paper*, acessado em 16 de Setembro: <http://arxiv.org/abs/1107.5728>